



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dez de janeiro de dois mil e dezessete, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limenses, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. O Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia três de janeiro de dois mil e dezessete. Não, deixa para lá... Em discussão a Ata, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só...”. O Senhor Presidente: “dez votos”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu pedi questão de ordem antes da votação. Eu não tive acesso à Ata não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Tiago Almeida Tito: “se ele puder ler. Só se ele puder ler a Ata, porque aí a gente já tem ciência aqui”. O Senhor Presidente: “perfeitamente. São trinta páginas, eu pediria licença para a gente ler na próxima reunião. Obrigado. Leitura de correspondências. Eu pediria ao Secretário, vereador Alessandro para ler a...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, Senhor Presidente, só um minuto, aprovou a Ata?”. O Senhor Presidente: “não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “ah, tá, perfeito”. O Senhor Presidente:



“passou para a outra reunião”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito, perfeito. Senhor Presidente, eu queria também pedir, a gente sabe que a TV Banqueta tem um contrato com a Câmara e ela não está transmitindo a reunião ao vivo”. O Senhor Presidente: “está transmitindo sim. Está transmitindo direto, sim senhor. Eu pediria ao vereador Alessandro Bonifácio, Secretário desta Casa, para ler a correspondência”. O Senhor Secretário proferiu leitura de um comunicado: “Comunicado: Assessoria de Comunicação da CMNL. Nº 01/2017...”. O Senhor Presidente: “eu pediria à Polícia para identificar aquele que está... Aquele. Você vai ser o primeiro, você, você vai ser o primeiro. Infelizmente, eu estou te pedindo cinco vezes para você não manifestar, não avacalhar nossa reunião. Infelizmente, eu vou ter que tomar posição aqui. Vocês são as pessoas educadas...”. O vereador Wesley de Jesus Silva “pela ordem, Presidente”. O Senhor Presidente: “vocês são... Eu não...” O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente, pela ordem. Vamos tocar a reunião porque se a gente for olhar isso, não vai... Vamos...”. O Senhor Secretário continuou a leitura: “Cancelamento de Eleição para a Presidência da Câmara Municipal de Nova Lima. A Câmara Municipal de Nova Lima comunica à população que foi cancelada a Reunião Extraordinária para eleição da Presidência da Mesa que seria realizada no dia 10 de janeiro de 2017, às 16 horas, em virtude da decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que revogou a tutela de urgência apresentada para cassação do cargo de Presidente. Segundo o Relator, Desembargador Carlos Roberto de Faria: ‘não cabe ao Poder Judiciário intervir em decisões proferidas por outros Poderes... E que a discussão se referia apenas na questão



de interpretação, não restando qualquer ilegalidade, o que impede o Poder Judiciário de intervir'. Diante do exposto foi deferida a tutela de urgência para tornar sem efeito a decisão declarada pela Juíza Dra. Mirna Fabiana Monteiro Souto. Ana Cristina Campos, Assessora de Comunicação e Imprensa da CMNL". O Senhor Presidente: "apresentação de proposições. Solicito ao Senhor Secretário a leitura do Projeto referente à Proposta Orçamentária 2017. Solicito ao Senhor Secretário que faça a leitura". O Senhor Secretário: "queria depois pedir aos vereadores para assinarem o livro de presença, por favor". O Senhor Secretário proferiu leitura da justificativa do Projeto de Lei nº 1.612/2016, autoria dos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, Fausto Niquini Ferreira e José Guedes, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a reconhecer e confessar o débito havido com a Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes decorrente dos convênios nº 09/2011 e 051/2015, e dá outras providências". O vereador Wesley de Jesus Silva: "pela ordem, Presidente. Só para título de esclarecimento, isso é um Projeto de Lei, um ofício, um requerimento? Eu não entendi quando o Senhor...". O Senhor Secretário: "correspondência... Projeto de Lei nº 1.612... Ah, tá. Projeto de Lei... Projeto de Lei só lê a mensagem, a mensagem que eu estou lendo, é grande". O vereador Wesley de Jesus Silva: "é Projeto de Lei de iniciativa desta Casa, não é?". O Senhor Secretário: "sim". O Senhor Secretário concluiu a leitura. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: "Presidente, pela ordem". O vereador Wesley de Jesus Silva: "pela ordem, Presidente". O Senhor Secretário: "autores do projeto... É pela



Casa, não é?”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. O Senhor Presidente: “pela ordem, vereador Wesley”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “bom, primeiramente eu gostaria de questionar a Casa quanto a erro de vício nesse processo, porque nós estamos aqui, a Casa Legislativa, dez vereadores, propondo um Projeto de Lei com impacto orçamentário. Isso... Esse Projeto de Lei não é de iniciativa exclusiva do prefeito? Do Executivo, não? E tem mais, além de questão jurídica contra esse fato, que eu gostaria que Vossa Excelência colocasse para avaliação, eu não posso permitir e ficar calado diante do que foi posto nessa mensagem que derruba tudo o que nós falamos lá dentro. Por quê? Colocar a culpa no Poder Executivo é muito fácil. Vítor Penido de Barros assumiu... Vítor Penido de Barros assumiu uma prefeitura quebrada, com cento e quarenta milhões de débito, a cidade não está andando. Fazer um Projeto de Lei falando: ‘ah, eu não tenho responsabilidade, vamos aumentar aqui para o hospital’. E vai tirar de onde o dinheiro? Vamos tirar de onde?”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “se nós temos que apresentar, nós temos que falar, nós vamos tirar o que? Nós vamos tirar da segurança? Vamos tirar da segurança? Vamos tirar... Vamos tirar da saúde? Da saúde vocês estão colocando. Vamos tirar da educação? Tem que ter dinheiro de algum lugar. Gente, prefeitura é igual a casa da gente: se eu recebo mil por mês, não adianta eu querer gastar três, eu só tenho mil. Então, apresentar Projeto de Lei para tocar com a galera e dar satisfação para a população, sem fazer com que esse projeto realmente tenha condição de ser implantado, não dá, vereador”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de



Azevedo: “Presidente, pela ordem”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “quem apresentou, não dá. Tem que falar de onde está saindo dinheiro”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador, um aparte?”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “estou aqui...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “jamais poderia sair daqui sem fazer esse comentário, o município está quebrado, não adianta fazer um Projeto de Lei pedindo para Vítor pagar doze milhões para o hospital e tem... Eu visitei o hospital, o hospital faz um trabalho excelente para o município de Nova Lima, precisa de recurso. O hospital precisa de recurso, precisa de ser ampliado o recurso para lá, mas nós não podemos jogar a culpa no Executivo somente. Tem que ser avaliado e a culpa não é do Executivo, a culpa não é de Vítor. A cidade está quebrada e nós vamos ter que repensar e refazer essa cidade”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem”. O Senhor Presidente: “quero dizer que...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pela ordem, Presidente”. O Senhor Presidente: “eu... Nós reunimos aí com o pessoal do hospital ontem e o hospital está falido. Eles pediram que nós agíssemos contra as coisas que têm acontecido, principalmente financeiramente no hospital. Então, nós estamos a favor do hospital, nós vamos reunir com o Vítor, nós vamos cobrar... Nós vamos cobrar... Eu pediria novamente silêncio, eu pediria novamente silêncio. Eu estou vendo que é o mínimo do mínimo que está tentando tumultuar. Eu estou pedindo... Eu vou pedir... Eu estou dando chance para vocês, nós estamos tentando... Eu... Você de óculos aí, a primeira vez que você de agora para frente



manifestar, eu vou pedir para se retirar, você de óculos, falou? Qualquer um. Então, o interesse nosso aqui... O nosso interesse aqui... O nosso interesse aqui é, sempre foi, principalmente na área de saúde, é preservar o hospital, nós nunca fomos contra o hospital. Esse negócio de a prefeitura estar quebrada, essa história é muito antiga. A prefeitura... A prefeitura... A prefeitura tinha uma previsão... A prefeitura... Então, não vou conversar com vocês. Com a palavra, o Álvaro. Vocês não querem ouvir a verdade. Com a palavra, o Álvaro”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, colegas vereadores. Ontem nós nos reunimos com a direção do hospital e eles nos demonstraram toda a situação que o hospital vem sofrendo, não vou falar vivendo, na verdade sofrendo. E eu, particularmente, me sensibilizei muito com essa causa. E as pessoas confundiram na semana passada, quem me acusou, quem me atacou é porque não me conhece ou, pelo menos, não conhece a minha história”. O Senhor Presidente: “eu vou ter que tomar atitude...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, eu estou... não, não, não, não...”. O Senhor Presidente: “se vocês...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. O Senhor Presidente: “não colaborarem, eu vou ter que pedir... Você de óculos aí é o primeiro, vai ser o primeiro, falou? Você. Eu vou pedir... Eu vou pedir...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou pedir à Polícia para esvaziar o Plenário”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, Presidente”. O Senhor Presidente: “não tem educação”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo:



“todo mundo vai me deixar concluir o raciocínio e todo mundo vai entender o que eu quero dizer. Eu só peço um pouquinho mais de paciência para que vocês compreendam o meu raciocínio. E quando o hospital, os diretores do hospital nos demonstraram a realidade que eles estão vivendo lá, nós nos sensibilizamos e a ideia é propor, realmente, essa... Se não me engano, são seis milhões que a prefeitura deve ao hospital. E, Presidente, eu vou fazer isso no momento oportuno, mas já adiantar que eu solicito à Vossa Excelência que apresente um estudo dos gastos desta Casa, porque aí eu vou concluir o meu raciocínio... Eu vou concluir meu raciocínio, durante a campanha eu afirmei, foi uma das principais bandeiras que eu levantei por toda essa cidade e em momento nenhum meu posicionamento mudou. Eu sou sim... Eu sou completamente a favor à redução de gastos desta Casa e esses seis milhões... E quem falou... E quem tentou imputar em mim que eu mudei esse meu posicionamento, quem tentou macular a minha postura, é porque realmente não me conhece ou desconhece porque eu cheguei aqui. E esses seis milhões... Pessoal, eu estou concluindo...”. O Senhor Presidente: “está suspensa a reunião...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, não, não... Eu estou concluindo”. O Senhor Presidente: “está suspensa a reunião”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, eu estou concluindo”. O Senhor Presidente: “está suspensa a reunião. Está suspensa sim, senhor. Está suspensa. Eu vou deixar o Álvaro terminar o raciocínio dele e vou suspender a reunião. E se for necessário esvaziar, eu vou esvaziar”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu vou concluir, eu vou concluir”. O Senhor Presidente: “se vocês não



colaborarem...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu vou concluir, pessoal”. O Senhor Presidente: “vocês têm que colaborar. Se não colaborarem comigo...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou tomar providências”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pessoal, eu estou realmente finalizando. Eu vou solicitar ao Presidente que elabore um estudo dos custos, dos gastos desta Casa, para que a gente tenha condição de conhecer onde a gente pode cortar e é muito lugar que pode cortar. E esses... Deixa eu concluir, pessoal. E eu tenho certeza que esses seis milhões que hoje o hospital precisa, a gente pode tirar desta Casa”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem. Você me dá um aparte, vereador? Vereador, você me dá um aparte?”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu estou... Só para eu concluir. O que eu peço... O que eu peço é... Eu não sei se tem alguém do hospital. Ah, está aqui atrás. Eu quero... Eu quero desde... Deixa eu concluir, gente, por favor. Eu quero, desde já, cumprimentar o prefeito por que... Aí fica difícil. Eu quero cumprimentar o prefeito porque do orçamento do ano anterior para este, ele aumentou dezessete milhões que vão para a saúde, isso é um fôlego, é um momento para a gente poder respirar. Mas mesmo assim, sabendo que tem um valor a mais para a saúde, esta Casa tem que cortar os seus gastos. E se algum posicionamento contrário a esse meu, já vai ser o primeiro embate que nós vamos encontrar aqui na Câmara, pelo menos para eu enfrentar. Ninguém, ninguém vai mudar o meu raciocínio, o meu posicionamento, a minha postura para reduzir os gastos. Então, eu faço um apelo para os vereadores que se conscientizem e



que a gente consiga retirar do orçamento desta Casa seis milhões para enviar ao hospital”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “você me dá um aparte, vereador? Vereador, você me dá um aparte, vereador Álvaro? Vereador, você me dá um aparte? Eu vou fazer uma proposta, então, para o Presidente. Eu sei que esta Casa está cobrando da prefeitura, parece que um repasse que está faltando para fazer do ano passado. Eu ouvi dizer que era na sigla de cinco milhões, mais dois milhões, algo dessa natureza. Para a gente resolver o problema do hospital amanhã e pagar o povo que está sem salário, vamos abrir mão, que esta Casa abra mão de receber do Executivo os cinco milhões que acha que está devendo e faça o prefeito... Venha optar para que o prefeito passe para o hospital para que esse povo tenha salário, receba o salário, os cinco milhões que esta Casa fala que está devendo, o valor que esta Casa fala que está devendo”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer ao senhor que a Câmara tem as suas obrigações... Está suspensa a reunião. Está suspensa”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Após reinício da reunião, o Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura do Projeto de Lei 1.609/2016...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “tem que ler a Comissão primeiro. As Comissões”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, mas não é só isso não. O primeiro assunto aqui, a gente ainda estava em discussão sobre ele. Eu quero fazer uma fala em cima do Projeto de Lei. Senhor Presidente, a gente estava...”. O Senhor Presidente: “em nenhum...”. O vereador



Silvânio Aguiar Silva: “Wesley falou, outros vereadores falaram”. O Senhor Presidente: “dá licença, vereador. Em nenhum momento o senhor pediu a palavra”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, é lógico que não, os outros vereadores...”. O Senhor Presidente: “o senhor quer a palavra?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o senhor quer a palavra?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero falar, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, com relação... Senhor Presidente, com relação à lei autorizativa, primeiro, é uma discussão antiga minha na Casa, com relação ao vício de iniciativa de uma lei autorizativa do Poder Legislativo. Isso é sabido que a gente tem essa limitação, essa vedação constitucional. Segundo, nós temos uma Lei Orçamentária que já prevê... Eu vou só esperar os assessores do Senhor, Senhor Presidente, porque senão o Senhor não vai prestar atenção...”. O Senhor Presidente: “vereador, eu estou ouvindo o senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “está bom”. O Senhor Presidente: “eu estou ouvindo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “está bom. Segundo, que a Lei Orçamentária que está na Casa, quando o vereador fala que vai pedir um estudo de gasto... Senhor Presidente, o ano passado eu fui presidente junto com o Senhor e aí eu vou tirar o Álvaro porque ele tem toda razão, ele não estava... Eu fui vereador junto com o Senhor aqui, quantas vezes que os vereadores pediram esse estudo de gastos da Câmara? Quantas vezes que a gente pediu isso e não apareceu? A gente... Vem um documento falando lá dos gastos da Câmara, do jeito que vocês entendem que está



certo, os vereadores não têm como estar discutindo isso. Agora, na minha opinião, mais uma vez, o povo está sendo enganado. Colocaram no Facebook... Colocaram... Colocaram no Facebook... Já foram para fazer teatro mais uma vez, colocaram no Facebook uma visita ao hospital com seis vereadores e vêm aqui, sem votar a Lei Orçamentária, e vai votar uma Lei autorizando o município a gastar dinheiro com o hospital. Gente, espera aí, o povo não é bobo mais não, Senhor Presidente. O povo não é bobo mais não”. O Senhor Presidente: “Silvânio”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou só...”. O Senhor Presidente: “o senhor está querendo fazer...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou...”. O Senhor Presidente: “o senhor... O senhor está querendo fazer...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou só terminar...”. O Senhor Presidente: “discurso para a plateia”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou só terminar a minha fala e o Senhor pode ficar à vontade para fazer as colocações do Senhor. Mais uma vez eu quero pedir, nós somos legisladores e fiscalizadores, o que eu peço ao Senhor aqui, Senhor Presidente, é que nós possamos... Pela enésima vez eu vou pedir isso: que nós possamos analisar a Lei Orçamentária Anual, que nós possamos fazer os cortes que temos que fazer lá dentro dela para a Câmara Municipal, atendendo e colaborando com a administração municipal no sentido de viabilizar a possibilidade de verbas para a administração e aí, se depois disso, nada der certo, aí sim, a gente vai ter que fazer um estudo com relação ao Hospital Nossa Senhora de Lourdes. O Hospital Nossa Senhora de Lourdes, Senhor Presidente, tem problema desde quando esta Casa



dava dois milhões e quatrocentos para o Villa Nova. O que que é prioridade?”. O Senhor Presidente: “e o senhor votou”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “qual que é a prioridade?”. O Senhor Presidente: “e o senhor votou”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “qual que é a... Senhor Presidente, eu continuo com a fala...”. O Senhor Presidente: “e o senhor votou”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, me respeita o meu...”. O Senhor Presidente: “e o senhor termina porque o senhor está falando fora de pauta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o senhor está falando fora de pauta. O senhor está falando fora de pauta, eu vou cortar a palavra do senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pode cortar. Só para finalizar, Senhor Presidente, só para finalizar, só para finalizar. Eu penso que o Hospital Nossa Senhora de Lourdes precisa sim de atenção. E eu já falei isso mais de uma vez, o Hospital Nossa Senhora de Lourdes precisa ser fiscalizado, nós precisamos acompanhar, não é chegar e entregar a verba porque tem uma dívida lá e a dívida tem que ser paga mesmo, só que eu acho que não dá para ser desse jeito. É só isso, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer para o vereador Silvânio que quando... Começou a tramitar hoje. Que quando passar... Quando a LOA for para a sua Comissão, o senhor faz as emendas que o senhor precisar, que o senhor quiser, não tem problema nenhum, ela vai para a sua comissão. Então, começou a tramitar hoje aqui na Casa a LOA, PPE, a PEP. Então, nós estamos caminhando. Nós não somos obrigados a colocar nada aqui a toque de caixa. Nós vamos fazer um estudo... Nós vamos fazer um estudo... Você, de camisa xadrez, você está mostrando o



bolso aí, o que significa isso aí? O que significa isso que você fez aí? O seu gesto? O que significa?”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhor Presidente, por favor”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida: “eu acho que...”. O Senhor Presidente: “não me chama de ladrão não, falou?”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente...”. O Senhor Presidente: “se me chamar de ladrão, eu mando te prender”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “gente, eu... Gente, eu acho que a motivação de hoje é legítima. Manifestar é legítimo, mas vejam bem, hoje é uma reunião de uma importância que se a gente der sequência, o Presidente fala, o outro responde, nós não vamos terminar as coisas que são importantes aqui. É só a questão de a gente esperar, é direito seus, termina a reunião, manifesta, fica à vontade, está certo? Eu tenho a minha vida pública tranquila, sossegada, não sou obrigado a votar da maneira que as pessoas acreditam, mas hoje é uma reunião diferenciada, é uma reunião totalmente diferente. Veja bem, vereador, um projeto autorizativo vem com vícios, mas no momento de uma discussão legal, ao ler o projeto, se quebra o vício quando o prefeito o aceita. Presta muita atenção. Quando o hospital esteve aqui ontem mostrou uma necessidade do fechamento hoje e dos funcionários não recebendo. Então, veja bem: se votar o projeto autorizativo é porque ao ler ali confundiu-se em algumas coisas, então o entendimento ficou ruim. Então, veja bem, mas se é realmente do interesse de vocês, a intenção é de resolver uma situação



com um projeto autorizativo, você autoriza o Executivo a mexer, a movimentar, eu até expliquei para o vereador ali fora. Mas, veja bem, a Casa é uma Casa de dez vereadores, se vocês acham que deve ser retirado o projeto... A iniciativa é boa sim, a visão dela é boa, é de a gente amanhã não ter a maternidade fechada, nem a pediatria. Eu ouvi, não fiz discurso, não vou para a rede social, esse não é o meu caminho não. Sou um homem do povo, vim lá de baixo, entendo a minha vida bem. E aceito, veja bem, gente, e aceito. Sabe por que eu aceito? Sabe por que eu aceito algumas vezes, algumas pessoas me vaiarem? A gente aceita sim, sabe por que aceita? Eu olho para a pessoa, eu fico pensando: o movimento é legítimo? É. É de direito? É. Pode não gostar de mim? Pode sim. Mas nós não podemos é deixar a reunião não transcorrer, senão o Presidente para a reunião, é mais uma semana para a LOA... Então o pedido é simples, gente, espera a reunião terminar, deixa a LOA tramitar, acabou, não tem dificuldade não. Senhor Presidente, se os vereadores acharem que deve retirar o projeto, porque nós tentamos, fizemos a parte da gente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador, o senhor me dá um aparte? Só para responder. Na verdade, não é uma questão de tirar o projeto de pauta, vereador. É que eu penso que existem outras formas dessa Casa ajudar o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, que não criando uma lei autorizando o município sem saber se o município tem condição ou não de...”. O vereador Flávio de Almeida: “vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão, vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “vereador, não é isso não. Vereador, mas não é isso não, não é isso não. Eu não vou entrar na discussão com o senhor porque eu sei aonde termina isso. Vereador,



um projeto autorizativo, ele não indica a retirada. É aí que o direito brinca, é por isso. Mas o senhor pode ficar à vontade, não tem dificuldade. Senhor Presidente...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou só terminar minha fala”. O vereador Flávio de Almeida: “se o vereador concordar, a vida é muito simples...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, eu vou pedir vista”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou assinar, se vocês não concordarem, nós não vamos assinar...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou pedir vista”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou só terminar a minha fala. Pode, vereador?”. O Senhor Presidente: “vereador, o senhor concedeu a palavra para o vereador Silvânio?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Flávio, eu posso terminar? Vereador, só terminando a fala, com relação à questão de saber se o município tem ou não condição de arcar com isso. E aí, mais uma vez, eu falo, vereador, a LOA está aqui, a gente podia ter discutido ela em tempo hábil e não ter nenhum desses problemas. É muito simples, a gente cria a situação e depois joga para o povo. A gente cria a dificuldade lá no hospital e depois traz o povo, fala assim: ‘olha, eu estou autorizando o município a gastar esse dinheiro, agora, se ele vai gastar ou não é outro assunto’”. O vereador Flávio de Almeida: “não é isso não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, é... Eu sei, vereador...”. O vereador Flávio de Almeida: “não é isso não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, eu ouvi o senhor com o maior respeito”. O vereador Flávio de Almeida: “vereador, como eu estou com a palavra, eu sei de novo aonde o senhor vai chegar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou retirar... Escuta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva:



“vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “não, agora, eu quero entrar na discussão. Eu vou retirar o vereador Wesley, viu, Wesley? Estou retirando o senhor da discussão, vou retirar o Kim do Gás e vou retirar o vereador Boi e Tiago Tito. Veja bem, a LOA do ano passado o senhor, bem esse vereador, nós votamos ela em janeiro. É só isso”. O Senhor Presidente: “bem lembrado”. O vereador Flávio de Almeida: “é só uma questão de bom senso. Senhor Presidente, a minha fala eu termino aqui. Obrigado”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem”. O Senhor Presidente: “pela ordem, o vereador...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “seria possível a gente retirar esse valor da Câmara? Esse valor que tem que ser repassado para o hospital que seja retirado do valor que a prefeitura vai destinar para a Câmara”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “mas isso seria uma discussão da LOA, não é, vereador?”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, mas já ficar essa ideia para que a gente parta para esse princípio”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “concordo plenamente. Concordo, inclusive, que o orçamento tem que ser dez milhões”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, Senhor Presidente, sou eu aqui”. O Senhor Presidente: “com a palavra, o vereador Tito”. O vereador Tiago Almeida Tito: “obrigado. Eu não sei se vocês estão raciocinando aí ou se eu estou raciocinando errado. Se seguir essa linha do que Álvaro está colocando, a LOA está aqui, que foi dez milhões, vai retirar mais cinco? Aí o orçamento da Câmara vai ficar a cinco milhões? O orçamento veio foi isso. É porque o orçamento veio foi isso, entendeu? Eu acho que... Só dar uma sugestão, Senhor Presidente, se puder dar uma



sugestão, eu acho que a prioridade aqui é a discussão da LOA, até para a gente poder saber da onde a gente pode tirar, dentro do orçamento do Executivo e repassar para o hospital, que eu acredito que seja um consenso. E eu quero externar aqui também e pedir desculpas ao hospital, mas eu não fui convocado para essa reunião com os seis, gostaria de ter participado também porque eu utilizo o hospital, estou vendo várias pessoas do PA que me atendem inclusive lá no PA. Então, eu tenho o maior interesse, inclusive, de retirar aqui dentro da Lei de Subvenção de algumas... Fazendo algumas emendas aqui para a gente poder destinar. Mas eu acho que esse projeto cai por terra se a gente discutir a LOA, fizer a emenda conjunto, a Casa inteira, e destinar essa verba lá dentro da LOA. A gente suplementa a questão que tem da Lei de Subvenção para o hospital. Acho que resolve, porque se a gente for ficar colocando aqui: ‘ah, vamos tirar da Câmara’. A LOA está com dez milhões para a Câmara já, vai tirar, o orçamento daqui é quatro, aí daqui a pouco você não vai pagar nem os concursados”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador, um aparte, por gentileza?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “claro, pois não”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “na verdade, eu não estou sugerindo de dez tirar os seis, cairia para quatro, não é isso, não é isso que eu estou afirmando. A sugestão que eu estou dando, porque a LOA nada mais é do que uma proposta para ser avaliada e, no final, votada. Eu, por exemplo, eu não concordo, tem alguns gastos, porque eu passei esse final de semana estudando a LOA e eu identifiquei alguns gastos que eu não concordo e que vou fazer as emendas para alterar, não é? Tem lá... Bom, eu não vou entrar nessa discussão



agora, mas o Presidente apresentando esse estudo de gastos para todos nós vereadores e porque não para a população também. A gente tendo consciência e identificando onde podem ser cortados os gastos da Câmara, com certeza, tem como tirar esse valor sim para encaminhar para o hospital”. O vereador Tiago Almeida Tito: “só para...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador Tiago?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “só um minutinho, é só para não perder o raciocínio, porque está sendo a discussão em cima disso, se eu estiver errado, Flávio, você é mais velho do que eu, você pode me corrigir, mais velho de experiência, tá? A discussão que está é sobre o orçamento de 2017, só tem jeito de tirar dele, se você falar que vai propor para tirar da Câmara, você está tirando do que veio do orçamento. Então, eu acho que não pode ser essa discussão agora. Eu acho que a gente tem que ter a... Porque, senão, aí sim, a gente vai ficar jogando para a plateia e aí é bobagem. Vamos resolver a questão do hospital. Qual que é a forma mais rápida disso e eu proponho aqui que, inclusive, faça pareceres conjuntos as comissões em que vai tramitar o orçamento, a gente agiliza muito aqui, não é? Então, eu quero deixar isso aqui, viu, Senhor Presidente? Essa sugestão que as comissões que vão ser nomeadas agora façam os pareceres conjuntos aí do orçamento também, para agilizar e quanto antes, para poder votar a Lei de Subvenção e o hospital voltar a receber. Está bom? Obrigado”. O Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura do Projeto de Lei nº 1.609/2017, que “Autoriza a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2014/2017”, ao Projeto de Lei nº 1.610/2017, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2017”, ao



Projeto de Lei nº 1.611/2017, que “Dispõe sobre a Concessão de Auxílios, Contribuições e ou Subvenções Sociais”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “questão de ordem, Excelência. O Senhor falou PPA, ele está entrando na Casa? Pela ordem, Plano Plurianual, ele não tinha sido votado também no ano anterior?”. O Senhor Presidente: “PPA”. O Senhor Secretário proferiu leitura da mensagem referente à Proposta Orçamentária para o exercício de 2017. O Senhor Presidente: “encaminho os projetos referentes à Proposta Orçamentária, exercício de 2017, à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Excelência. Eu queria falar como... Me posicionar como líder de governo”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “bom, gente, infelizmente, eu acabo de ser comunicado pelo gabinete do prefeito que ele recebeu um ofício dessa Casa. A Lei Orgânica... O Regimento Interno dá autorização para o prefeito, não há como negar que isso está no Regimento Interno. Se é inconstitucional ou não, cabe à Câmara buscar os meios judiciais cabíveis para alegar a inconstitucionalidade, mas fato é que no Regimento Interno da Casa, artigo 178, se não me engano, prevê que o orçamento, a LOA, quando ela não é aprovada até dia quinze de dezembro, ela pode ser promulgada como se Lei fosse. Assim estava previsto na Constituição de 68 (sessenta e oito), não sei se foi recepcionada ou não, não vou entrar quanto à questão dessa legalidade, mas fato é que está lá no Regimento Interno essa previsão. Essa previsão... O prefeito, mediante esse... Mediante essa Lei, ele promulgou, como se Lei fosse, a LOA e encaminhou para essa Casa um ofício. E muito me estranha



que o Presidente desta Casa, Vossa Excelência, notificou o prefeito e vou ler só o final do trecho: ‘em face do exposto acima, recomenda-se a revogação do presente decreto por estar maculado de ilegalidade, sob pena de instauração de processo político administrativo, bem como ofício à Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais para propositura de ação de crime de responsabilidade’. O que se pretende, Presidente? Cassar o prefeito porque não tem dinheiro para pagar o Orçamento? Abrir nesta Casa um processo disciplinar de cassação do prefeito? Eu só estou ressaltando isso porque eu tenho certeza que esse posicionamento contra o Executivo, duro dessa forma, não deve ser o posicionamento de todos os vereadores desta Casa. O que nós temos que tentar buscar, e aí eu falo nem só para o senhor, mas falo para o restante dos meus colegas que aqui estão, se não tiver diálogo, meus amigos, nós não vamos chegar a lugar nenhum porque não tem uma árvore que dá dinheiro no fundo da prefeitura, não tem. Não tem como ir para briga com o Poder Executivo. O prefeito, por várias vezes, tentou mediar uma conversa e se até onde eu sei, até onde eu sei, até com o Ministério Público houve uma conversa com Vossa Excelência, enquanto Presidente desta Casa, na última legislatura. O prefeito, em tom de amenizar, de levantar a bandeira branca, convidou os vereadores, se não o fez, fará, para participar de uma reunião amanhã, no gabinete dele, como fez em outras oportunidades e nem todos estiveram presentes. O que esta Casa vai fazer? Criar um tumulto, uma guerra com o Poder Executivo? Olha, senhores, nós precisamos ter consciência de que nós vamos ter que construir juntos, os vereadores todos juntos. Não adianta, Presidente, mandar um ofício ameaçando e



tentando amedrontar um prefeito que foi prefeito dezoito anos nessa Casa, com um corpo técnico capaz de entender, de entender o que que passa o município, principalmente financeiramente. Eu peço a Vossa Excelência que nas próximas correspondências para tratar com o Executivo, que não trate com a dureza que Vossa Excelência está tratando, com todo respeito, porque o senhor é de idade muito mais avançada do que eu e, como bem citou, tem sete mandatos. Mas o que nós temos que fazer aqui é construir, não é deixar que posicionamentos pessoais, deixar que uma briga pessoal adentre e prejudique o município de Nova Lima. E volto a falar, o projeto de lei está entrando agora nas comissões e eu já antecipo o meu posicionamento para dez milhões, e vou posicionar para dez milhões, estou me posicionando para dez milhões porque o Regimento Interno e a Lei Orgânica estabelecem, não estou discutindo legalidade aqui, estou falando que está no Regimento Interno e na Lei Orgânica, de que nós não podemos fazer emenda para majorar, para aumentar os gastos. Isto está lá, então, é outro vício de legalidade que vai ter que ser discutido. Então, se não tiver coesão, se não tiver diálogo, nós vamos discutir essa LOA até dezembro, levando em consideração que o PPA está previsto que é um duodécimo do orçamento desse ano. Então, a Câmara já começa utilizando um duodécimo de dois mil e dezessete. Se nós formos judicializar tudo que acontece nessa Casa, se não tiver conversa, se não tiver diálogo, nós vamos ter isso aí, e eu fico feliz de estar vocês aqui porque nós vamos ter um ano de pessoas dentro desta Casa manifestando. Então, que tenha coerência...”. O Senhor Presidente: “o senhor terminou?”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “estou



encerando, estou encerando, Presidente”. O Senhor Presidente: “o senhor terminou?”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “estou encerando. Então, que tenhamos diálogo, que tenhamos parcimônia e que venhamos discutir isso com perfeição. Só para completar meu raciocínio, não votarei para oito milhões, porque eu votaria para oito e para seis milhões para ter dinheiro para o povo em Nova Lima, não vou votar, mantenho, voto nos dez porque? Porque entendo que a Casa não pode majorar, aumentar os recursos e aí, nesse caso, nem das outras siglas. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu pediria silêncio. Eu quero dizer que o vereador Wesley, ele mente quando fala que o prefeito... Nós temos que terminar a reunião às dez horas, se vocês continuarem assim... É o Regimento Interno, se vocês continuarem assim, a reunião poderá ficar pela metade. Eu quero dizer que o prefeito, pelo contrário, no início, ele não chamou esse Presidente lá para negociar, para falar nada. Ele reuniu com cinco perdedores, os quatro perdedores mais o Nélio, com esse Presidente não, ele tentou negociar com os vereadores que saíram. Não é verdade, eu quero dizer para vocês, se vocês não sabem, a luta é muito grande, não é... Eu quero dizer para vocês... Eu quero explicar para vocês, vocês não querem ouvir. Não é só ouvir um lado não, ouçam os dois lados. É justo, nessa crise atual, aumentar o salário dos secretários em quase três mil reais? É justo... Vocês não querem ouvir... Vocês não querem ouvir a verdade, é justo o prefeito colocar uma verba de cinco milhões no seu gabinete? Cinco milhões e duzentos? Na crise que nós estamos? Então, nós vamos... Eu estou dar explicação para vocês, vocês a todo...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, presidente. Eu fui citado e gostaria de me



posicionar”. O Senhor Presidente: “a todo momento, vocês estão sendo enganados. Nós vamos...” O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, presidente. Eu fui citado e gostaria de me posicionar”. O Senhor Presidente: “eu estou com a palavra, eu estou com a palavra. Vocês sabiam que a previsão, a prefeitura de Nova Lima, era trinta e cinco milhões mensais e a prefeitura, de fevereiro... O senhor podia fazer o favor, o próximo a manifestar, está atrapalhando a reunião, o senhor colocar para fora para mim, tá? Encaminho o projeto referente à Proposta Orçamentária...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu fui citado...”. O Senhor Presidente: “de 2017 à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “se instaurou a ditadura nesta Casa”. O Senhor Presidente: “encaminho o Projeto de Lei 1.612/2017, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal...” à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. Não entenderam porque vocês... E daí? Pediria ao Secretário para ler as Comissões”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Comissão de Legislação e Justiça: Presidente: Flávio de Almeida; Vice-Presidente: Wesley de Jesus Silva; Relator: Ederson Sebastião Pinto. Comissão de Serviços Públicos Municipais: Presidente: Alessandro Luiz Bonifácio; Vice-Presidente: Flávio de Almeida; Relator: Ederson Sebastião Pinto. Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas: Presidente: Flávio de Almeida; Vice-Presidente: Tiago Almeida Tito; Relator: Ederson Sebastião Pinto. Comissão do Meio Ambiente: Presidente: Alessandro Luiz Bonifácio; Vice-Presidente: Wesley de Jesus Silva; Relator: Fausto Niquini Ferreira. Comissão de Direitos Humanos: Presidente: Wesley de Jesus Silva; Vice-Presidente: José Carlos de



Oliveira (Boi); Relator: Silvânio Aguiar Silva. Comissão de Participação Popular: Presidente: Silvânio Aguiar Silva; Vice-Presidente: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo; Relator: Wesley de Jesus Silva. Comissão de Segurança Pública, Trânsito e Transporte: Presidente: Flávio de Almeida; Vice-Presidente: Fausto Niquini Ferreira; Relator: Alessandro Luiz Bonifácio. Comissão de Saúde Pública: Presidente: Fausto Niquini Ferreira; Vice-Presidente: José Carlos de Oliveira; Relator: Alessandro Luiz Bonifácio. Comissão de Educação: Presidente: Silvânio Aguiar Silva; Vice-Presidente: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo; Relator: Alessandro Luiz Bonifácio. Comissão de Redação: Presidente: Flávio de Almeida; Vice-Presidente: José Carlos de Oliveira; Relator: Silvânio Aguiar Silva”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem”. O Senhor Secretário: “assinado pelo Presidente da Casa, José Geraldo Guedes”. O Senhor Presidente: “qual vereador que pediu a palavra?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “fui eu aqui, Tiago”. O Senhor Presidente: “Tiago Tito com a palavra”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu quero aí agora pedir ao Senhor, encarecidamente... Só esperar o Senhor terminar aí. Como é o Senhor que preside a Casa, quando a gente começou a discutir ali os nomes para a comissão, ali atrás, começou da forma mais democrática possível e eu quero clamar o seu gesto democrático. Eu me inscrevi em apenas três comissões das dez. Tem vereador que está em cinco comissões, tem outros vereadores que estão em quatro, eu só inscrevi em três: na de Orçamento, Constituição e Justiça e Meio Ambiente. E aí, na de Constituição e Justiça vários outros vereadores também se inscreveram e de uma hora para outra,



quando nós voltamos para discutir a comissão, meu nome já estava fora da de Constituição e Justiça. Eu queria entender, só entender qual que é o critério adotado para essa exclusão que me... E se possível, que ficasse registrado em Ata para a gente aí seguir... Senão nós vamos ter que seguir a questão regimental da proporcionalidade por partido, não é? Então, queria só que o Senhor me justificasse, ou os assessores do Senhor, porque o Senhor também estava aqui em Plenário e foram os assessores do Senhor que mudaram, tiraram meu nome, por que foi excluído o nome, por gentileza”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador, vereador, um aparte?”. O Senhor Presidente: “vereador, nós podemos entrar em entendimento, pode voltar o seu nome, nós podemos entrar em entendimento”. O vereador Tiago Almeida Tito: “perfeito. Então, eu só gostaria que constasse isso em Ata: que a Comissão de Constituição e Justiça ainda estão em discussão os membros. Pode deixar?”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador”. O vereador Tiago Almeida Tito: “eu queria propor isso até com...”. O Senhor Presidente: “eu vou frisar bem para o senhor que tem que haver o acordo entre os vereadores”. O vereador Tiago Almeida Tito: “claro”. O Senhor Presidente: “a Presidência não pode entrar nisso”. O vereador Tiago Almeida Tito: “perfeito”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador”. O vereador Tiago Almeida Tito: “eu vou te dar a palavra”. O Senhor Presidente: “entra...”. O vereador Tiago Almeida Tito: “só para terminar. Eu até queria que esse pedido meu, esse requerimento meu fosse até submetido de aprovação, que deixasse isso claro, que a gente está ainda em discussão dos membros que compõem a



Comissão de Constituição e Justiça e eu dou um aparte para o vereador Álvaro”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é no mesmo sentido, até pela minha área de formação, o meu nome ficou de fora da Comissão de Orçamento. Então, eu gostaria que fosse reavaliado também”. O Senhor Presidente: “vereador Flávio com a palavra”. O vereador Flávio de Almeida: “eu quero sim, eu... Senhor Presidente, a gente ouviu os discursos, é muito ruim porque lá atrás naquela sala ficamos eu e o vereador Silvânio Aguiar sozinhos nas comissões, em duas comissões. Nós ficamos sozinhos esperando quem, realmente, iria assumir e assumimos a Comissão de Redação Final porque não tinha ninguém. Aí isso é muito ruim. Então, só para o Senhor ter uma ideia, os vereadores que não estão em alguma comissão... Vereador, eu estou deixando o meu nome da Comissão de Redação Final, está à disposição. Eu não quero participar de cinco não, eu quero participar é de igualdade, eu quero fazer parte das mesmas de todo mundo. Só que a comissão, Senhor Presidente, eu e o vereador Silvânio ficamos esperando se viria mais algum vereador. Foi isso, ué. São duas comissões que eu estou participando porque faltou vereador”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o senhor terminou?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só um minuto, só para fazer uma colocação”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tito”. O vereador Tiago Almeida Tito: “eu me inscrevi na maior da responsabilidade daquilo que eu acho que eu tenho competência para atuar. Eu não vou colocar meu nome em comissão simplesmente para colocar. Foi... Inclusive o vereador... Inclusive o vereador Álvaro colocou isso lá também, com



maestria, não é? Que ele não iria participar de comissão a qual ele não tinha competência. Então, eu me inscrevi e aqui eu não estou em discussão se algum está de cinco ou está de quatro ou está de três, está em três comissões. A minha discussão é o seguinte: eu quero só entender porque que meu nome foi excluído, só isso, está bom? Eu fiz uma proposição, viu, Senhor Presidente? Só não esquecer que eu fiz um requerimento verbal aqui ou senão, se me deixar na parte do requerimento, eu faze-lo novamente”. O Senhor Presidente: “encaminho o Projeto de Lei nº 1.612, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal...” à Comissão de Legislação e Justiça. Leitura de pareceres, inexistente. Segunda parte, discussão e votação de projetos, inexistente. Terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, perdão por atropelá-lo, só sugerir, sei que não está em pauta, é uma falha, o que eu vou propor não está em pauta, ou seja, é uma falha que eu vou cometer agora, mas sugerir aos vereadores que a gente inclua na pauta a votação do PEP. Votação não, inclusão pelo menos do PEP. Do PEP, para incluir em pauta”. O Senhor Presidente: “eu vou colocar... É muita falta de educação, não é? É muita falta de educação. Eu estou pedindo desde o início da reunião para a gente ter harmonia aqui dentro. Vocês tem que ouvir a verdade aqui. Eu vou colocar em votação a proposta do vereador Álvaro que... Os vereadores que concordam com a proposta do vereador Álvaro permaneçam como estão. Colocar a PEP em andamento. Dez votos favoráveis. Eu pediria ao Secretário para ler o requerimento que vai desarquivar a PEP. Quantos vereadores assinaram aí, por favor?”. O Senhor



Secretário: “dez”. O Senhor Presidente: “os dez vereadores assinaram. Vou dizer para vocês que eu vou pedir para a próxima reunião que... Nessa reunião mesmo, eu colocar, passar, o prefeito pediu até março, eu vou pedir ao Plenário, meus colegas vereadores, que prorogue para o mês de abril. O PEP. Vocês não sabem, vocês não sabem, vocês não sabem...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pessoal, pessoal, Presidente...”. O Senhor Presidente: “deixa eu explicar...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “deixa eu só explicar”. O Senhor Presidente: “deixa eu explicar: a PEP para que não sabe é um... O prefeito vai prorrogar para ter os descontos nos impostos, é para o povo, está prorrogando mais um mês. Vocês ficam vaiando aí, vocês não sabem o que vocês estão fazendo”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pessoal, pessoal... Presidente, por gentileza, pessoal, só para ficar claro, isso que eu solicitei aqui é um benefício que a prefeitura está concedendo à população para ter mais prazo para pagar a sua dívida na dívida ativa da prefeitura. O Presidente está propondo prorrogar o prazo para que a população tenha mais condição...”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “isso é um benefício para a população...”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “aprovado...”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhor Presidente...”. O Senhor Presidente: “eu... É a décima vez... Eu vou pedir à polícia para retirar certos elementos aqui. Baderneiros... Ah, o que? Você vai ser o primeiro. É. Você vai ser o primeiro”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor



Presidente”. O Senhor Presidente: “prorrogando para abril. Aprovado, dez votos. Aprovando para abril é benefício para o povo”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tito”. O vereador Tiago Almeida Tito: “gente, deixa eu só pedir só um minuto de colaboração para a gente também ter o funcionamento aqui bacana. E esse é um projeto importante, é um projeto que... O PEP é o Programa Especial de Parcelamento, que todos os tributos do município que as pessoas estão em débito, não é? Têm uma concessão de um desconto de multas e juros e isso vai incrementar a receita do município nesse momento que o município está precisando, é isso que está tramitando aqui hoje. Eu queria pedir que o Senhor consultasse o Plenário, porque a gente já tem ciência... Eu, por exemplo, já tenho ciência, porque eu fiz parte do Executivo, do conteúdo do PEP e a gente sabe da urgência que o município está. E eu parabenizo colocar mais um mês, eu acho que a gente devia colocar até dezembro, para não precisar de passar isso aqui de novo, que o município vai precisar de socorrer isso esse ano de novo, mas que a gente já vote ele aqui de uma vez, Senhor Presidente. Consulte o Plenário, isso aqui não altera nada no andamento da Casa, que a gente já vote a PEP aqui hoje, o desarquivamento e autorizando o Executivo a continuar as negociações, por favor. Obrigado”. O Senhor Presidente: “a nossa proposta é uma proposta excelente para ajudar o povo, principalmente as pessoas que devem os impostos para prefeitura”. O vereador Tiago Almeida Tito: “exatamente. Se o Senhor puder consultar o Plenário”. O Senhor Presidente: “já coloquei em votação, já foi aprovado por dez votos”. O vereador Tiago



Tito: “não, mas eu falo para a gente já votar, porque aqui nós só estamos colocando... O Senhor só colocou em votação só até abril. Eu estou pedindo a gentileza do Senhor para a gente já aprovar o desarquivamento e o município já continuar a negociação hoje, já iniciar hoje, a gente já votar hoje, além de tramitar, ficar mais uma semana, vamos, vamos...”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a proposta do vereador Tito. Os vereadores que concordam com a proposta do vereador permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. O vereador Tiago Almeida Tito: “muito obrigado, agradeço a todos”. O Senhor Presidente: “eu vou pedir ao vereador... Vou pedir ao vereador para... A LOA nós vamos fazer emendas em prol do povo”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Requerimento. À Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Lima. Os vereadores que abaixo subscrevem, amparados pelas disposições regimentais, especificamente àquela contida no artigo 154, § 1º, solicitam que seja procedido o desarquivamento do Projeto de Lei 1.608/2016, que “Prorroga, até o dia 17/02/2017, os benefícios instituídos pelo Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários – PEP e contém outras providências”. Vereadores: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, Fausto Niquini, José Geraldo Guedes, Wesley de Jesus, Silvânio Aguiar, Tiago Tito e Flávio de Almeida”. O Senhor Presidente: “solicito a leitura do Projeto de Lei 1.608/2016”. O Senhor Secretário proferiu leitura do Projeto de Lei nº 1.608/2016, autoria do Poder Executivo, que “Prorroga, até o dia 17/02/2017, os benefícios instituídos pelo Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários – PEP e contém outras providências”. O Senhor



Presidente: “eu vou colocar em votação com uma emenda, a prorrogação para o mês de abril, até 30 de abril. Os vereadores que concordam com a prorrogação permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Em sua primeira votação, em sua segunda votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Em sua segunda votação, dez votos favoráveis à prorrogação. Encaminho à sanção. Discussão e votação de indicações, moções e requerimentos. O vereador... O vereador...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Excelência”. O Senhor Presidente: “o vereador Tiago Tito fará um requerimento verbal”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também, no momento apropriado, quero fazer um requerimento verbal”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “da mesma forma eu”. O vereador Tiago Almeida Tito: “deixa eu só entender aqui, porque nós votamos na emenda do Senhor só no projeto anterior. E eu fiz um pedido a Vossa Excelência, que o Senhor consultou o Plenário e ele aprovou, de a gente já aprovar a prorrogação do PEP e também já desarquivar... Isso foi colocado em pauta?”. O Senhor Presidente: “foi colocado”. O vereador Tiago Almeida Tito: “tá, está ok”. O Senhor Presidente: “o requerimento”. O vereador Tiago Almeida Tito: “o meu requerimento é só que o Senhor consultasse o Plenário para deixar claro que a discussão dos membros da Comissão de Orçamento e Justiça ainda está em discussão. Só isso, só para deixar formalizado isso aqui em Plenário, por gentileza. Só para deixar registrado, tá?”. O vereador Flávio de Almeida: “vereador... Vereador... É Legislação e Justiça, não?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Legislação e Justiça. Obrigado pela correção, vereador”. O Senhor



Presidente: “está registrado, vereador. Vereador Silvânio com a palavra”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, na verdade, eu quero mais fazer um pedido do que um requerimento, aliás, os dois são requerimentos. Essa pauta, ela... Desde a legislatura passada a gente vem reclamando disso: essa pauta chega na hora da reunião ali, a gente não consegue analisar a pauta depois que a reunião já começou. Hoje, por exemplo, eu recebi a minha pauta aqui depois que a reunião já tinha começado. Eu entendo as dificuldades para se montar a pauta, mas o Regimento Interno é muito claro com relação a isso. Então, eu quero aqui solicitar ao Senhor, aí já à Mesa Diretora mesmo, não é? Que essa pauta possa nos ser encaminhada no prazo Regimental para que nós possamos analisar e até criar os nossos discursos e as nossas teses aqui com relação ao que a gente vai estar tratando durante a reunião. Esse é um pedido. E o outro pedido, e aí eu sei que o Senhor sempre foi zeloso com relação a isso, é que possa encaminhar para a gente também a Ata, a minuta da Ata, aliás, não é a minuta, é a Ata na sua totalidade, para que a gente não chegue aqui e acontece o que aconteceu hoje, que a gente não tinha a Ata e já estava votando a Ata, sem mesmo, sem a gente nem mesmo ter a Ata. Então, são dois pedidos, têm mais a ver com o Regimento da Casa, tão nem precisa... Eu acredito... Eu acredito que nem tem a necessidade de colocar em votação, já que o Regimento já trata desse assunto. Só essa a minha colocação”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer para o senhor que as Atas estão sendo encaminhadas aos gabinetes. Estão sim, o senhor pode olhar que estão. Eu tenho... Eu tenho ciência disso. Quero dizer também que vocês que estão mais assim... Os vereadores que estão



mais ligados ao prefeito, eu sou cumpridor dos deveres aqui na Casa, eu sempre debati isso. A Ata de... Eu sempre debati aqui, o senhor sabe disso, as Atas... Projetos de última hora do prefeito. Às vezes, o vereador tem todo o direito de fazer a solicitação. Só que às vezes o prefeito precisa de um projeto de última hora, manda aqui às dezoito horas e nós temos atendido sim. Que ele mande os projetos com antecedência, que para mim não tem problema nenhum. A gente colabora sim, eu sou muito zeloso com as coisas aqui dentro”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “requerimento verbal, Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “eu fiz um pedido para requerimento”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só na fala do Senhor. Eu acredito que hoje não teve nenhum projeto do prefeito aqui ou eu estou enganado? Então, quer dizer, teoricamente, não teríamos que ter a pauta...”. O Senhor Presidente: “as comissões foram formadas de última hora, o senhor sabe disso”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “tá, só...”. O Senhor Presidente: “eu...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “só terminando, Senhor Presidente. Não teríamos que ter a pauta como recebemos hoje, é só isso”. O Senhor Presidente: “hoje não teve jeito, o senhor sabe disso”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “aí eu vou...”. O Senhor Presidente: “nós tivemos dificuldade para formar as comissões”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu não quero ficar debatendo isso aqui porque é bobagem, eu acho que não tem necessidade. Eu só peço mais uma vez a...”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que uma representante do hospital vai usar a Tribuna por dez minutos prorrogáveis”. O vereador Wesley de Jesus



Silva: “Presidente, eu quero fazer meu requerimento verbal. Eu me inscrevi junto com os demais”. O Senhor Presidente: “então, está inscrito no Grande Expediente...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, quero fazer um requerimento verbal”. O Senhor Presidente: “vereador Coxinha”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “meu requerimento verbal, Senhor Presidente, é que no Legislativo passado, o vereador Soldado Flávio tinha marcado, acho que para abril, maio, a CPI das terras e agora eu quero, como nova legislatura, eu quero que o Senhor consulte o Plenário, que eu preciso de marcar uma CPI das terras de Nova Lima, urgente, porque a AngloGold acha que todas as terras são dela e eu preciso que o Senhor... Meu requerimento é que o Senhor consulte o Plenário para uma CPI das terras, por favor, Presidente”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “questão de ordem. Eu não entendi o objeto, vereador. CPI das terras, mas sobre o que? O que nós vamos fazer? Eu queria entender um pouco mais do assunto antes de votar”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a justificativa, vereador... A justificativa, vereador, é que tudo, tudo... Eu passei aqui nesta Casa quatro anos, estou voltando de novo, todas as terras são da AngloGold. Eu quero uma CPI para eu saber onde que ela arrumou dono, que tudo, todas as terras a AngloGold fala que são dela, sabe? Então é isso aí a justificativa e, com a CPI, nós vamos ver mesmo se de fato...”. O Senhor Presidente: “com a palavra... Eu vou colocar em votação, os vereadores que concordam com a proposta, requerimento verbal do vereador Coxinha permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Quarta parte, a representante do



hospital...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu fiz requerimento verbal”. O Senhor Presidente: “Senhor? Requerimento verbal do vereador Wesley”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “eu tenho... Primeiro, o meu requerimento é endossando aí o requerimento do vereador Silvânio no intuito de que a pauta seja, realmente, cumprindo o Regimento e passada com antecedência. Não tem como a gente chegar aqui, votar... Eu não vou agir de irresponsabilidade votando projetos, seja lá de onde que... De quem seja a iniciativa, sem conhecimento. Então, reforço, endosso o requerimento do vereador Silvânio. Meu segundo requerimento...”. O Senhor Presidente: “eu vou fazer um pedido: que os vereadores não tragam projetos de última hora, forçando a Presidência a colocar em pauta. Aí, para mim, não tem problema nenhum. Então...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “o meu segundo requerimento... Agradeço a Vossa Excelência de forma antecipada. O meu segundo requerimento é que, mais uma vez, em exigência ao cumprimento do Regimento Interno, eu gostaria de ter acesso, gostaria que meu gabinete tivesse acesso aos documentos que forem requisitados a esta Presidência. O Regimento Interno prevê que o vereador pode ter acesso a todas as informações desta Casa, a todas prestações de conta desta Casa e eu irei formalizar. Irei formalizar esses pedidos, já peço de antemão a Vossa Excelência que cumpra a legislação municipal”. O Senhor Presidente: “para mim não tem problema nenhum. Eu sempre forneci qualquer documento. Os vereadores mais antigos aqui...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “eu não estou acusando Vossa Excelência não, viu? Não estou pronunciando nenhum tipo de acusação quanto ao fato de ser feito ou não”. O Senhor Presidente: “os vereadores



mais antigos aqui sabem que eu não nego nenhum requerimento. Aqui não tem sujeira não. Coloco em votação o requerimento do vereador Wesley. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Quarta parte, apresentação de oradores inscritos. Representante do Hospital Nossa Senhora de Lourdes. Representante do Hospital, dez minutos, podendo ser prorrogados. Eu pediria que vocês respeitassem o senhor representante do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, ele tem explicações fundamentadas para a população de Nova Lima, o que está acontecendo no hospital, que é o coração de Nova Lima”. O representante do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, Dr. Domingos Sávio Martins Neves: “boa noite a todos, boa noite a todos. Meu nome, eu sou o Dr. Domingos Neves, sou o diretor técnico da Fundação Nossa Senhora de Lourdes e viemos aqui hoje para passar para todos os municípios que se estendam à microrregião de cem mil habitantes, a situação que hoje se encontra a Fundação Hospitalar. Vale ressaltar que, de antemão, a instituição que aqui eu represento agradece ao vereador Kim do Gás, que juntamente com o Reginaldo, nos procurou espontaneamente para saber o que está acontecendo e nos ofereceu a oportunidade de vir aqui passar isso aqui para vocês. Fazendo um breve histórico, o hospital é uma fundação, a gente presta serviços para o município de Nova Lima e também abrangemos a região de Raposos e Rio Acima. Nós temos um contrato de prestação de serviços de janeiro de 2014 que reza um repasse para o hospital de um milhão de duzentos mil/mês, esse contrato foi até agosto de 2015. Acontece que, nesse primeiro contrato, o repasse não foi feito de forma integral, o que gerou um passivo de



quatro milhões, trezentos e noventa e oito. A partir de setembro de 2015, foi feito um contrato de novecentos e cinquenta mil, ou seja, uma redução. Nessa ocasião, a instituição, que é regida por um conselho de curadores, se reuniu com a proposta administrativa de reduzir a prestação de serviços, adequar a prestação de serviços nos mesmos moldes da diminuição da receita. Por uma questão de votação, que o conselho de curadores é deliberativo, optou-se por uma não redução da prestação de serviços, para não penalizar a comunidade, que o hospital é essencialmente SUS, mais de oitenta por cento SUS, e que se buscasse fontes de receita. Nesse hiato da não diminuição da prestação de serviços, nos gerou de novo um passivo de alguma coisa em torno de dois milhões, dois milhões e meio. O que nos preocupa? Nós saímos de um contrato de uma prestação de serviços de um milhão e duzentos, hoje estamos com um repasse de oitocentos mil referente a outubro. Pela nossa contabilidade há pendências. Uma outra coisa que nos preocupa, até onde sabemos, a LOA prevê, de 2017, prevê um repasse de oitocentos mil. Se a gente fosse pegar esse valor de 2014, com uma correção, ele daria alguma coisa em torno de um milhão e meio/mês. Resumindo: estamos num crescente de oferta de serviço com a microrregião de cem mil habitantes, em 2014 era um e duzentos e que hoje é oitocentos, é uma conta que não fecha. O que a gente tem que deixar claro? A saúde tem um custo. Porque que de cada cem pacientes que procuram o hospital, lá dentro ficam noventa e cinco? Por que o hospital tem uma resolutividade de noventa e cinco por cento. Qualquer cidadão que conhecer, na microrregião, um hospital SUS que tenha a resolução de noventa e cinco por cento, pode nos procurar,



que nós vamos lá aprender a administrar hospital. Qual que... Se a gente for para falar só desse passivo, o que a gente deixou de receber, está alguma coisa em torno de seis milhões. Existe uma diferença, uma divergência jurídica porque, pelo nosso entender, pelo entender jurídico da fundação, a compra de serviços só pode ser feita por contrato ou convênio, não por subvenção; é o parecer jurídico que a gente tem. Basicamente, gente, qual que é a diferença? A subvenção é uma coisa que... Eu não sou advogado, sou médico. Basicamente, a subvenção, se houver caixa, se paga; se não houver caixa, não se paga. Como eu já falei em outras oportunidades, nós temos um contrato escrito convênio, eu não tenho nenhum contrato escrito subvenção. Então, enquanto eu estiver exercendo a função que eu exerço, vai ser contrato, convênio, não vai ser subvenção. E isso até mesmo para a gente deixar claro que, avançando o processo de negociação com a fundação, que não se caracteriza esse repasse como subvenção. Parece uma coisa que é muito mais complexa do que parece, não é tão simples assim. Então, na nossa concepção, o hospital presta um serviço para uma microrregião de cem mil habitantes, a maioria pacientes SUS, e que nós temos ainda pendências a receber relativas a outubro para frente. Isso não é uma coisa intempestiva, isso não é uma situação que nós estamos falando para vocês hoje, por quê? Temos documentado que estamos negociando essa renovação de contrato desde o mês de agosto, várias reuniões desde o mês de agosto. Então, o hospital se adequou do jeito que pode, enxugou a estrutura do hospital, não há reajuste de salário para médicos há dois anos, renegociamos contratos de prestadores de serviço, diminuindo o valor, só que chegamos hoje numa situação de instabilidade.



Então, além de atraso de repasse, nós temos um passivo de seis milhões a receber, não tem como funcionar assim. Então, porque houve um contrato de prestação de serviço? Está listado nesse contrato, que está à disposição de quem quiser, é um contrato que compra atendimento, por quê? Por que existem dois clínicos, dois pediatras, dois cirurgiões? Porque isso é um serviço pago. Porque o hospital realiza ou realizava, até bem pouco tempo, todo o serviço de laboratório que o município não dava conta de fazer? Porque o hospital era referência para esterilização e lavanderia do município? Porque isso é um contrato. Então, o que a gente tem que deixar claro, gente? A fundação está sendo empurrada a cortar serviços para ficar aberta, não tem como. Esse mês os colaboradores, quatrocentos funcionários do hospital estão sem salário. O que eu quero é deixar claro aqui... Eu até usei um termo errado, eu não estou falando de quatrocentos colaboradores, eu estou falando de quatrocentas famílias, estão sem receber. Negociar podemos, conversar, nunca negamos a conversar. Só que se o hospital não tiver receita nova até sexta-feira, nós vamos começar a desativar serviços. Nós temos um serviço, que não precisa de acreditar só no que o Domingos está falando, pode olhar os nossos indicadores nossos na Secretaria de Estado, no Ministério da Saúde. Já fomos auditados, por denúncia, pelo Ministério da Saúde, não acharam nada, ficaram no hospital três dias. Em relação à prestação de contas, gente, às vezes de uma forma bem mais leiga, pode parecer que oitocentos mil, um milhão e duzentos é uma quantia absurda, só vou dar um exemplo para vocês: só a pediatria do hospital, no mês de agosto, custou duzentos e cinquenta mil, aproximadamente. Aquele pessoal que



chega lá no hospital infartado, que precisa de tomar medicamento para que não perca parte do funcionamento do coração, uma ampolinha daquilo custa três mil reais. Não estou falando para vocês do custo diário de paciente de CTI. Então, numa forma abstrata, pode até parecer um volume de dinheiro importante, mas eu quero dizer que o hospital funciona dessa forma por que? Existe um contrato com o município e existe uma compra de serviços com o município. Então, a gente não tem como bancar a qualidade dessa forma. Não há como não desativar serviços dessa forma. O que eu quero dizer para vocês? Porque isso aqui está me dando só mais quatorze segundos, não é? Está certo?”. O Senhor Presidente: “não, o senhor pode usar mais tempo”. O representante do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, Dr. Domingos Sávio Martins Neves: “bom, então voltando aqui, gente, não há como, a gente está fazendo isso dentro da casa da gente, a crise está em todos nós, em todos os setores. Como que nós vamos prestar um serviço se não há como? Qual o grau de irresponsabilidade de gestão que o hospital vai ter se não adaptar? A gente tem que cortar, senão a gente fecha. Nós temos cento e um leitos. Nós temos...”. O Senhor Presidente: “silêncio, eu pediria silêncio”. O representante do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, Dr. Domingos Sávio Martins Neves: “nós temos...”. O Senhor Presidente: “até agora ele foi respeitado... A palavra dele. Que continue assim, na educação”. O representante do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, Dr. Domingos Sávio Martins Neves: “nós temos... O hospital, a fundação tem cento e um leitos. Nós temos seis leitos de CTI, podemos passar para dez se tiver verba. Então, onde eu quero chegar? Duas situações: não há como não desativar serviços numa



escala progressiva se até sexta-feira o hospital não tiver receita nova. Estou dizendo para vocês o seguinte: eu acho que a conversa tem que continuar sempre, mas estou falando para vocês de uma instituição que tem noventa e cinco por cento de resolução, só no último mês foram quatorze mil consultas de pronto atendimento, está tudo registrado lá; mil e trezentas sessões de hemodiálise, está tudo registrado; um CTI pediátrico que funciona vinte e quatro horas, com dois pediatras, com pediatra dia e noite. E uma coisa que nos deixa também muito tranquilos, para não esticar muito, é o seguinte: as contas do hospital, eu estou no hospital há vinte e quatro anos, as contas do hospital são auditadas pelo Ministério Público, as contas do hospital são aprovadas em Conselho de Curadores, as contas do hospital são aprovadas pelo Ministério da Justiça, as contas do hospital são publicadas porque nós temos a obrigação de publicar essas contas. Então, o que eu tenho dito? Nesses mais de vinte anos de hospital, eu nunca vi as contas do hospital não serem aprovadas por unanimidade. Então, isso não nos assusta. Só para finalizar, então, para não me estender muito, estamos abertos, como estivemos. O vereador Kim do Gás nos procurou para conversar, visitou o hospital sábado. O vereador Wesley esteve lá hoje também para a gente conversar. Agora, não adianta, o hospital está conversando e negociando desde o mês de agosto. Então, para a gente, os anéis já se foram. Então, para a gente manter o hospital aberto, a partir dessa semana, se não tiver dinheiro novo, nós vamos ser obrigados a desativar serviços. Nós vamos fazer... Tentar não comprometer, mas é difícil não comprometer a prestação de serviços numa microrregião de cem mil habitantes. E o que nos preocupa? Se esse valor



da LOA for aprovado, de oitocentos mil, não vai dar. Se a gente não receber esse passivo, por quê? Ah, mas porque vocês gastaram um e duzentos se só recebiam novecentos e cinquenta ou oitocentos?”. É porque a gente tem um pedaço de papel que chama contrato, que está escrito isso. Então, na contabilidade, tem que lançar isso. Então, não é só essa diminuição, acumula-se um passivo de mais de seis milhões que o hospital tem, está certo? Estamos à disposição. Preocupamos muito com esse repasse de oitocentos mil, não vai dar. Estamos à disposição. Então, basicamente, o que a gente quer? Comunicar para a comunidade que o hospital não tem como andar, não tem como não desativar serviços a partir dessa semana, se não tiver dinheiro novo, esse valor de oitocentos mil... Imagina prestar um serviço que em 2014 custava um e duzentos por oitocentos mil em 2017? Outra coisa, isso não pode constar como subvenção porque nós temos um parecer jurídico inclusive favorável do Ministério Público, que a gente aceita isso como dívida e o jurídico do município não interpreta como dívida. Então, nós temos que ser solidários no seguinte: nós todos somos responsáveis pela saúde de uma microrregião de cem mil habitantes, isso é uma responsabilidade de todos nós. Por favor, o hospital não está sendo incoerente, o hospital não está sendo incoerente vindo aqui para vocês hoje porque nós vamos desativar serviço amanhã. Estamos conversando desde o mês de agosto”. O Senhor Presidente: “agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrada esta reunião”.

---